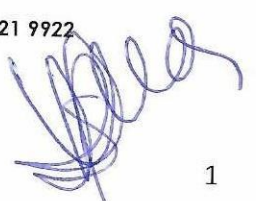


CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS/MG

ATA DE REUNIÃO

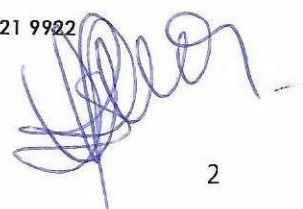
IV Reunião Ordinária do ano de 2024

Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde de Divinópolis realizada aos 08 dias do mês de maio de 2024, através da Plataforma Google Meet e whatsapp do Conselho Divinópolis/MG. Presentes os Conselheiros (as): Adílio de Castro, Adriano Guimarães Parreira, Sheila Salvino, Marcos Antônio da Silva, Amarildo de Sousa, Maria Rosa Pinto Amaral, Flávia de Oliveira, Érika Camargos Ferreira, Marcela Valério Silva, Marco Aurélio de Oliveira, Maria Aparecida de Sousa, Miguel Francisco Isvar Tantric Ferreira Viegas Meireles, Inês Alcione Guimarães, Juliano Gonçalves Resende, Henrique Meckler dos Santos, Lourdes Ribeiro de Almeida La Porta, Júlia Esteves de Assunção, José Marcelo David, José Aparecido Leobalto de Jesus, Geraldo de Almeida, Guilherme Augusto da Silva Barbosa. Os visitantes: Mariele Castro, Priscila Camargos, Priscilla Bernardo, UPA 24h Padre Roberto, Warlon Carlos Elias, Jacqueline Alves, João Antônio, Ademir José da Silva, Cristiane Silva Joaquim, Daniela Dias Vasconcelos, Edson Pereira, Evandro Araújo, Ana Cláudia Quadros, Silviene Alves, Wiliam Vinícius, Guilherme Braga, Cássia Ltda, Luciana Azevedo, Bruna Rafaela, Miguel Gamer, Elaine Madureira Rocha, Marcela Azevedo, Isabel Soares, Nirlei Santos, Elisama Damaris, Marlene Silva, Henrique Coelho, Naiara Santos, Joyce Moares da Luz, Fernando Silva, Erika Silva, Filhos de Ode, Leonardo Franqueira. Às 18h40 minutos após a conferência do quórum e o mesmo estabelecido, a conselheira e segunda secretária da Mesa Diretora, a Sra. Maria Aparecida de Sousa dá início aos trabalhos a pedido do presidente do Conselho que não pode comparecer à reunião e passa a palavra para a Sra. Sheila Salvino para apresentar a primeira pauta referente ao Atendimento de Urgência e Emergência em Divinópolis/MG. Sheila fala sobre a gestora da UPA que é o Instituto Brasileiro de Políticas Públicas o IBRAPP, é a terceira tentativa que o município de Divinópolis faz desde o ano de 2014 de terceirizar a gestão da Instituição, mas é fato também que a gestão de OS tanto em Divinópolis quanto em outros municípios é de não ter devolutivas de prestação de serviço tanto a contento e pede licença para falar como servidora da saúde há vinte e nove anos que o Instituto OS não lhe entra na cabeça porque no ponto de vista legal uma Organização Social não ganha nada pelo trabalho que executa, porque pela mesma lei que permite a transferência da responsabilidade gerencial para ela, também está vedado o pagamento de taxas administrativas, muitas vezes a sustentabilidade dos contratos vem acompanhada de precariedade do serviço disponibilizado no gerenciamento dos serviços. Diz ainda que estejam vivendo problemas com a IBRAPP, houve uma reunião na Câmara onde foram convocados a Semusa e os gestores do Instituto IBRAPP, para dar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias tanto do poder legislativo quanto do próprio Conselho Municipal de Saúde e a respeito de burla no processo seletivo da UPA no que se refere à contratação dos seus colaboradores e por força da lei municipal de OS, a Instituição precisa lançar mão de processo seletivo público com ampla divulgação e concorrência para que a terceirização da gestão não seja usada oportunamente para empregar esse ou aquele a depender do interesse de determinado gestor ou coisa do gênero, a Semusa entende que é algo salutar da legislação, mas a partir de denúncias que foram chegando individualmente de pessoas que foram submetidas ao processo, foram classificadas e



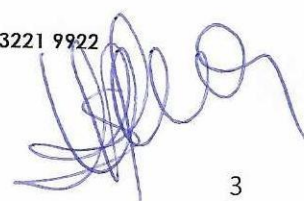
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS/MG

estavam em condições de assumir as vagas no quantitativo que estava estabelecido no edital, de que essas pessoas estavam sendo preferidas por outras e muitas vezes não tinham feito o processo seletivo ou tinham sido aprovados, mas não estavam em posições privilegiadas para serem contratadas de imediato, as informações começaram a serem reunidas tanto do Conselho quanto do Legislativo como candidato que foi aprovado em primeiro lugar e não foi chamado para a assinatura de contrato, o município fez uma sindicância que foi composta por servidores de diferentes secretarias que se debruçaram sobre o processo seletivo, sobre o atual quadro de colaboradores do IBRAPP e identificaram na sindicância a existência de irregularidades porque somente poderão ser contratados os candidatos que passaram por um processo seletivo público simplificado, a sindicância apura os indícios, mas ainda não é o momento da IBRAPP apresentar a sua defesa, isso ficou por um momento em que o processo administrativo é deflagrado a partir dos achados da sindicância e nesse momento eles irão apresentar a sua defesa e o compromisso da Secretaria de Saúde é apresentar o relatório do processo administrativo até na próxima sexta-feira a partir de todos os esclarecimentos que a IBRAPP forneceu e de tudo que foi colhido. Sheila informa ainda que esse seja um problema administrativo, mas que eles enfrentam problemas de outras ordens, tanto do ponto de vista de gerenciamento assistencial, existem relatos de que a gestão da UPA estaria lançando mão de procedimentos invasivos que flertam com assédio moral e a equipe do IBRAPP estaria muito vulnerável, tanto com a população que ficou com os ânimos acirrados em razão de toda problemática dos casos extremos que ganharam a mídia com o falecimento de duas pessoas, algo que é muito grave e também em razão de uma forma de gestão de pessoal se valendo de expedientes não muito adequados. Existe também a Comissão que acompanha a prestação de contas do IBRAPP, que acompanha os indicadores que estão precisos no contrato e o não cumprimento se aplica uma multa, a Secretaria de Saúde dá a devolutiva ao Instituto dizendo o que não foi atendido e é aplicada a retenção de determinado percentual em relação aos repasses que a Secretaria faz, mas chegou ao ponto que foi detectado que os descontos que são feitos poderiam impactar na assistência, a contadora do município faz um trabalho muito criterioso e percebeu-se que há algum tempo o Instituto não consegue trabalhar dentro do limite financeiro estabelecido em contrato e diz ainda que quando a Instituição assumiu a gestão da UPA em outubro de 2022, eles pegaram uma UPA com a folha quitada e com os estoques de medicamentos abastecidos então quando a OS assume o serviço por força de regramento do contrato recebem a primeira parcela no ato da assinatura e mesmo assim eles estão acompanhando um desarranjo financeiro por parte do IBRAPP, já foi feita antecipação de pagamentos, de acordo com o contrato tem que ser pago oitenta por cento do contrato no quinto dia útil e os vinte por cento que é a parcela variável porque depende da aferição do cumprimento dos indicadores que é feita no dia vinte e cinco e por três vezes o Instituto solicitou antecipação dos pagamentos e como eram por dois ou três dias a Secretaria de Saúde concedeu essa antecipação, no dia vinte e cinco de abril a Secretaria de Saúde se surpreendeu porque o Instituto estava solicitando a antecipação do pagamento da competência maio que seria pago somente no quinto dia útil de maio e eles não tinham o recursos para fazerem os pagamentos dos médicos porque eles recebem em datas diferentes dos celetistas e por força de atuação interna o pagamento dos médicos é o dia vinte e cinco de cada mês e com isso a Secretaria de Saúde se mobilizou internamente para que não acontecesse algo mais sério. A Secretaria de Saúde recebe mensalmente um relatório com a prestação de contas do Instituto, mas no relatório a Secretaria recebe as notas fiscais do que foi pago e comprovantes, não o que deixou de pagar e eles alegavam que não tinham para pagamento dos médicos e alguns



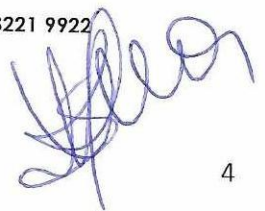
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS/MG

fornecedores também estavam pendentes com risco de desabastecimento ou interrupção do fornecimento desses fornecedores e isso a Secretaria não permitiria que acontecesse, portanto pensando na assistência, fizeram a antecipação do pagamento que seria no quinto dia útil de maio no dia vinte e cinco de abril e no ato da antecipação publicaram uma portaria decretando uma intervenção administrativa e financeira no contrato do IBRAPP para que a Secretaria tivesse acesso às essas informações que não estavam contidas no relatório de prestação de contas, qual era o passivo do IBRAPP, quais eram os fornecedores que estavam pendentes, eles já receberam a notificação e terão que encaminhar os dados para que a Secretaria possa dimensionar quanto está custando esse contrato e diante de tudo isso, quanto à falta de leitos e que depende de articulação Regional e com ajuda do Estado é uma coisa, mas problemas administrativos gerenciais, capacitação de RH, de controle financeiro dos custos é algo que a Secretaria de Saúde deve ter em mãos e fazer da melhor forma possível. Portanto diante dessa experiência que não está sendo bem sucedida, a Prefeitura de Divinópolis pensou em fazer algo que já foi feito em dois mil e dezenove, mas que acabou não prosperando, que é a avaliação da possibilidade de transferência da gestão da UPA para o CIS-URG, que é um Consórcio Macro-Regional e que pela sua competência nacionalmente reconhecida, uma vez que o CIS-URG foi escolhido pelo próprio Ministério da Saúde como uma referência de gestão e é um Consórcio vocacionado para Urgência e Emergência, recentemente o Consórcio teve o seu escopo de atuação redefinido, ampliado e no ponto de vista legal permite sem maiores embaraços fazer a gestão de equipamentos com Urgência e Emergência como é a UPA e a legislação permitem a contratação de consórcio, portanto o município resolveu apostar nessa possibilidade e como o CIS-URG é de referência macro-regional e agora micro porque integrou o município de Betim, suas decisões são através das assembleias de prefeitos. A Secretaria de Saúde procurou o presidente do CIS-URG para saber se eles estavam de acordo em submeter a assembleia do CIS-URG esse pedido do município de contratar o CIS-URG para a gestão da UPA, ele se dispôs a incluir esse ponto de pauta na próxima reunião e compreendeu que seria uma alternativa assistencial muito importante para o município de Divinópolis e o município terá a oportunidade de esclarecer alguns pontos que ficaram nebulosos em 2019 e alguns prefeitos ficaram receosos em assumir a transferência de gestão e esclarece que o município é o tomador de serviço sendo responsável por dívidas trabalhistas contraídas aqui e/ou processos judiciais, portanto os municípios conveniados não terão nenhuma responsabilidade do que acontece nesse município. Sheila esclarece ainda que o CIS-URG é uma Instituição colegiada, todos os prefeitos têm voz ativa e o fato do CIS-URG vir a gerir a UPA não joga por terra os critérios clínicos de regulação de urgência que o mesmo se baseia para que seja feito essa regulação e finaliza dizendo que um Consórcio como Instituição pública, com uma reunião de forças de municípios com objetivos comuns tem tudo para ser o antídoto anti OS, o Consórcio é público e submetido aos mesmos regramentos de controle, as aquisições e contratações tem que ser mais transparentes e na OS os processos de transições não são fáceis, portanto a Secretaria de Saúde acredita que tem tudo para dar certo ter o CIS-URG como gestor da UPA Padre Roberto Cordeiro Martins. Maria Aparecida agradece à Sheila pela explicação da pauta. Warlon parabeniza a Sra. Sheila pela sua competência, diz ainda que deva ser feito uma perícia com relação ao atraso do pagamento dos funcionários da UPA, esclarece que ele é um cidadão denunciante por não ter sido convocado pela IBRAPP após sua aprovação no processo seletivo. Warlon diz também que em 2019 estava como presidente no Conselho de Saúde participou das tratativas referentes ao CIS-URG na gestão da UPA e diz que todos os prefeitos não concordaram, portanto correm esse risco



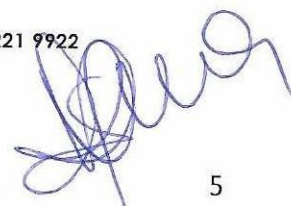
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS/MG

novamente e apesar dele ser beneficiado se o IBRAPP continuar tem a consciência como cidadão que se não está bom tem que sair, mas ao mesmo tempo tem que analisar duas situações, esclarece que acha o CIS-URG excelente por ser um Consórcio sem fins lucrativos e não é contra ele assumir, mas tem a multa de cinco milhões e trezentos se não comprovar porque o IBRAPP tem que sair e a Santa Casa que é a segunda colocada podem reivindicar direitos que o município terá que pagar e se o Conselho aprovar poderá gerar um ônus ao município que é muito sério, outro ponto que o preocupa é se o CIS-URG assumir teria que colocar o funcionário público do município para ajudar o Diviprev porque senão não irá mudar nada, que os trabalhadores sejam do município para que a Semusa tenha um controle maior sobre eles também. Sheila responde que a gestão pública é complicada porque às vezes são prudentes e são taxados de negligentes e quando vão agir são acusados de precipitados, há muito tempo o IBRAPP vem dando mostras que falham no aspecto administrativo existem muitas notificações e recomendações que foram encaminhadas ao IBRAPP, está tentando organizar administrativamente, fazer com que eles cumpram todos os pontos do contrato e que nenhum ponto indicador seja negligenciado, o formato de contratação, a presença de pessoas de São Luis do Maranhão ainda vinculada ao contrato da UPA, todos os meses está tentando resolver tudo isso para que na chegasse à decisão de ruptura e num processo licitatório é necessário reunir documentos, comprovar que tentaram manter um diálogo de proximidade sugerindo mudança de conduta e que aquilo não aconteceu conforme as tratativas, portanto existe um portfólio de acionamentos e notificações extremamente robusto para fundamentar uma rescisão contratual, é claro que a Secretaria de Saúde não faria isso desprovidos de provas para sujeitar o município a multa porque o município vive numa escassez de recursos, as pessoas acham que tem milhões de verbas para a Saúde, mas mesmo tendo muitas verbas, elas já estão empregadas e também para que fosse feito o movimento de compra de leitos municipais para o São João de Deus, esse dinheiro foi remanejado de algum lugar que deverá ser repostado porque foi feito rearranjo, não tem sobras e ressalta que jamais partiriam para algo desse tipo se não houvessem documentos com comprovações de tentativas de resolução administrativa das pendências de forma muito considerável, o próprio processo seletivo que não convocou o primeiro colocado já está equivocado e para qualquer descumprimento de cláusula contratual está previsto a possibilidade de advertência e até os grandes descumprimentos que podem causar como Warlon pontuou na reunião da Câmara, se as pessoas classificadas nesse processo seletivo que em tese foram preteridas pelo Instituto na hora da contratação, se eles acionarem judicialmente reivindicando os direitos contratuais, quem paga a indenização, isso tudo é algo de muita gravidade que o município pondera, mas não é somente isso se fosse só o problema do processo seletivo já seria extremamente grave existem os aspectos de ordem financeira e em relação a segunda colocada, em matéria jurídicas a última palavra é da procuradoria, mas o segundo colocado não tem direitos adquiridos, logo a Santa Casa não poderia acionar o município judicialmente por isso, transferir para a segunda colocada remanescente de contrato é uma possibilidade mas não é uma obrigação, Sheila diz ainda que em relação ao CIS-URG assumir com servidores do município, esse formato não foi contemplado pelo município nesse projeto, no ponto de vista financeiro está fora das nossas capacidades e em relação a contratação direta o ponto de partida foi em 2014 quando se decidiu fazer a terceirização da gestão, em relação ao corpo técnico clínico composto por servidores de carreira tem-se a vantagem da constância, mas tem-se dificuldade em fazer as substituições emergenciais, a Cristiane Silva Joaquim tem uma vida funcional ligada ao Pronto Socorro e depois à UPA, elas nem gostavam do final de semana porque geralmente na sexta-



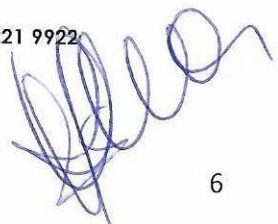
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS/MG

feira a tarde por volta de cinco horas da tarde começavam aparecer os atestados e muitas vezes eles tinham que correr atrás de servidores para fazerem horas extras para minimizar a falta desses profissionais no Pronto Socorro e depois na UPA. Warlon ressalta que foi feita uma Conferência de Saúde em 2018 e consta nela que setenta por cento dos profissionais da saúde tem que ser concursados e diz ainda que não tenha setenta por cento de concursados na UPA e está descumprindo uma Conferência municipal que tem que ser avaliada essa situação. Cristiane Silva Joaquim esclarece que para a situação atual que se tem dos contratos vigentes talvez na seja, mas com o formato que não é de profissional de carreira, porque tem um plano de carreira que é para servidores efetivos que para médicos são somente doze horas semanais, para escala de técnicos e enfermeiros de quatro ou seis horas, é uma escala de doze por sessenta e no formato CLT são doze por trinta e seis porque o médico pode ser contratado num outro formato, além do ponto de vista financeiro em números absolutos a UPA hoje tem um terço de servidores do que ela tinha no formato de efetivos não porque é um número menor em plantão, mas em função da carga horária executada no formato CLT. Cristiane diz ainda que quando o concurso acontecer, para a extensão da atenção primária e de outros setores que expandiram, para esses com certeza serão todos preenchidos por servidores efetivos, o número de servidores da urgência se torna menor que trinta por cento num total de setenta, diz também que se o formato da urgência e emergência for somente de efetivos, se um plantonista faltar somente poderá ser convocado servidor de carreira para substituí-lo, portanto eles já passaram por muitos apuros com clínicas vazias, plantões vazios, licenças de última hora e isso prejudicam muito a assistência, não há mais no Brasil inteiro atendimentos de urgência e emergência que tenham o formato cem por cento servidores efetivos, isso é impraticável em razão da rotação da Unidade Emergencial. Marco Aurélio diz que Sheila fez uma evolução da situação muito bem colocada e diz ainda que como ele está em Consórcio há muito tempo vê como uma solução positiva a gestão da UPA pelo CIS-URG porque já tem-se um Consórcio em Minas Gerais na Cidade de Carandaí que já faz a gestão de uma UPA há aproximadamente seis ou sete anos, é uma gestão de sucesso e ele acredita que os problemas de gestão municipal com a UPA em critérios de atendimentos e da competência da urgência e emergência vinte e quatro horas serão solucionados e ficam as mazelas de leitos para tirarem as pessoas que estão na UPA e diz ainda que o Consórcio é a Instituição mais próxima que temos do município, ele é formado por municípios, então a partir do momento que o Consórcio tem sobre o seu regramento municípios constitucionais da administração pública, a gestão é séria, não visa lucros e sim eficiência e competência, o Consórcio vai gerir uma UPA de uma cidade que é um ente consorciado, então Divinópolis vai ter uma liberdade muito grande não só de ter o resultado desse contrato e da gestão como vai ter também dentro da possibilidade de acompanhar de uma forma bem mais transparente e dentro da Instituição que vai gerir o Consórcio, ela vai trazer segurança e competência e tem certeza que os município e os usuários do SUS de Divinópolis e todos que precisarem da UPA vinte e quatro horas serão muito bem servidos, ele vê com bons olhos e diz também que irá trazer segurança e tranquilidade, será uma solução para um grande problema e o CIS-URG já mostrou a sua competência é uma Instituição séria, o seu sucesso é formado por municípios da macro região, existe uma gestão muito bem capacitada e para capacitar os profissionais que ali irão trabalhar, tem o seu apoio e diz que essas questões da seqüela do rompimento do contrato se está sendo discutido nessa reunião é porque elas já foram minuciosamente averiguadas e reforma que vê de forma positiva pois irá resolver o problema de uma Unidade de Pronto Atendimento. Edson Pereira parabeniza a Sheila e diz que uma vida



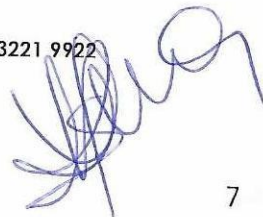
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS/MG

perdida é algo muito relevante que a situação da UPA está muito preocupante e pergunta se Belo Horizonte tem nove UPAS administradas pelo município com sistema de co-financiamento tripartite qual é a dificuldade do município de Divinópolis fazer a gestão de uma única UPA, porque a Prefeitura não assume uma responsabilidade que é dela e fica terceirizando? Sheila responde que quando se trata de saúde a resposta não é muito simples porque é composta por uma série de variáveis e é preciso ponderar, explica que a razão de tentar fazer a transferência da gestão da UPA é principalmente pelo custo da UPA, diz que presa a transparência e cita quais são os problemas: do ponto de vista gerencial a dificuldade de dar respostas emergenciais, o regramento para contratação de pessoal e/ou para aquisição de insumos emergenciais é um equipamento que apesar de manutenção preventiva e corretiva teve uma avaria que talvez tenha que comprar um equipamento de uma hora pra outra e as compras públicas não são feitas com a velocidade que gostariam e principalmente com a velocidade que um equipamento de urgência e emergência requer. Sheila diz ainda que tem o aspecto com o gasto de pessoal com a administração direta que é infinitamente superior, as bases salariais praticadas no município são maiores que do mercado, principalmente para algumas categorias, as progressões de cargos e salários do município, o servidor lotado na UPA de nível superior tem uma gratificação de setenta por cento e de nível médio de cinquenta por cento sobre os seus vencimentos, portanto o custo da UPA hoje não caberia no orçamento da Secretaria de Saúde e se fosse voltar para a gestão direta da UPA isso iria desmobilizar outros serviços existentes e quando Edson diz que Belo Horizonte faz uma administração direta das UPAS, muito disso se deve ao fato de ser uma capital e com uma capacidade de aporte financeiro bem superior ao nosso município, investir em saúde é uma pauta muito legítima, mas a gestão precisa organizar o orçamento para que seja contemplado também em outras áreas, na educação, cultura, assistência social, serviços urbanos e tudo que é cobrado pela população e diz ainda que como servidora pública do município gostaria muito que o Instituto previdenciário do município fosse fomentado por novos servidores vinculados que possam colaborar com as suas contribuições, mas nesse momento em relação a UPA isso implicaria em desmobilizar outras frentes, é uma questão financeira e o custo disso é algo que não tem condições de ser absorvido pela Secretaria de Saúde e esclarece ainda que Divinópolis tem uma responsabilidade muito grande a nível de macro e que muitos municípios menores não tem, até em relação ao plano de carreira que em muitos municípios menores não tem, são uma série de fatores e particulares de cada lugar e se gerir a UPA com cem por cento profissionais de carreira vai sair de algum lugar e a população está de acordo com isso, a discussão é difícil porque não tem dinheiro novo é rearranjo dentro de um orçamento que é gigantesco em termos absolutos, mas que em percentuais já está todo comprometido, o que está sendo feito nesta reunião é riquíssimo, porque é assim que se discute problemas de saúde, existem fragilidades que precisam melhorar, mas a que preço e como será realocado o dinheiro? Adílio parabeniza a Sheila pelo seu trabalho e diz ainda que seja muito importante ter o CIS-URG na gestão da UPA, todos sabem da capacidade do consórcio na questão de urgência e emergência, diz também que é defensor do funcionário público, mas o que o preocupa muito é que essas UPAS que são administradas pelas prefeituras em outros municípios sempre tiveram muita dificuldade na questão da assistência, por mais que o município tente, ele vai investir aqui e tirar ali e quanto ao CIS-URG, ele acha que será excelente e é a favor porque é muito importante trabalhar essa questão da UPA, espera que isso aconteça porque será um diferencial para todos. Maria Aparecida diz que ela faz parte da Divprev e atualmente ela é composta por 1,7 de servidor efetivo e discorda da fala do Edson porque não se pode jogar a culpa da defasagem na



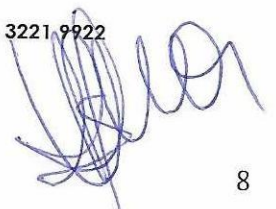
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS/MG

contribuição da Divprev na UPA, porque é preciso pensar na gestão municipal que tem em torno de três mil e quinhentos funcionários efetivos e mais ou menos um mil e poucos contratados, portanto não se pode jogar essa culpa apenas na UPA e a Cristiane deixou muito claro que o quantitativo de RH para se manter doze por sessenta horas é pesado e quando o Edson fala da UPA de BH que é municipal, eles têm um PCCS específico para atendimento de urgência e emergência com carga horária e pensando em Divinópolis que não existe esse PCCS específico, então seria outro problema em querer assumir essa UPA e refazer parte no PCCS no que diz respeito à carga horária desses servidores, portanto ela contempla muito bem essa posição da Sheila de explicar junto com a Cristiane as condições de RH hoje para se manter cem por cento SUS e CIS-URG é muito próximo da gente por isso é positivo porque conhece mais o nosso território, enquanto que o IBRAPP está muito longe e não é uma empresa que não está em Divinópolis e ressalta que o problema da Divprev não se pode culpar a UPA e se tiver que fazer um PCCS exclusivo, isso terá que passar por vários setores da Prefeitura. Adriano diz que por mais que o CIS-URG tenha um reconhecimento a nível federal da união, é indiscutível a competência dele, uma hora irá precisar de vaga em hospital e falando em particularidade de cada município, Divinópolis tem uma particularidade que é o Hospital Público sendo construído que não é municipal, mas é regional, mas problema do município não é a questão das vagas que atendem a região para o prestador SUS que temos em Divinópolis, um Hospital público que tenha vaga SUS para a região é um instrumento importante e tem sido pouco discutido nesse contexto e pergunta para a Sheila qual é a visão da gestão em relação ao Hospital Regional porque de certa maneira está sendo esquecido e nesse contexto é importante que ele seja lembrado, como tabela SUS não é atraente e tentaram comprar vagas do setor privado e muito dificilmente os outros hospitais irão abrir vagas para o SUS e se tem a possibilidade de ter um hospital público o cenário muda ainda mais que a gestão dele seja voltada para um hospital escola, portanto ele fica preocupado na questão de pelo menos tentar para que esse hospital seja pelo menos sustentável no ponto de vista econômico na medida em que existe no momento um interesse de que ele seja um hospital escola e ele não vê na gestão que é alinhada como o governo do Estado, talvez uma vontade de que isso aconteça que tenha um cronograma e quando esse Hospital ficará pronto. Sheila diz que o que eles buscam com a gestão do CIS-URG é a resolução de problemas cuja capacidade gerencial fica exclusivamente nas mãos do município de Divinópolis e eles têm ciência que mesmo resolvendo essa questão da gestão interna, ainda vão continuar convivendo com os problemas de pessoas aguardando vagas hospitalares na UPA quando não deveriam estar lá, uma Unidade de atendimento transitório de Urgência e emergência e o prazo máximo que deveriam ficar lá seriam 24 horas, portanto mesmo mudando a gestão das UPA esse problema irá permanecer. Sheila informa ainda que o término da obra do Hospital Regional, o cronograma que se tem hoje da conclusão da obra é dezembro de 2025, depois tem a compra dos equipamentos, mas já tem o recurso garantido e é algo que já pode ser feito concomitantemente com o caminhar das obras, mas sem dúvida a discussão do modelo desse Hospital é algo que precisa ser colocado na mesa e o Conselho faz muito bem em suscitar porque ainda não há nada concreto hoje, ele pertence ao Estado pelo fato de ter sido dação em pagamento para que a obra fosse construída, condição estabelecida pelo Estado para dar continuidade à obra, mas é preciso discutir esse formato de gestão, há uns dois meses mais ou menos ainda se tinha uma discussão dentro do macro região que esse Hospital não fosse cem por cento SUS, isso foi absolutamente rechaçado pelos gestores da macro região e será um Hospital cem por cento SUS sim e que precisa identificar alternativa gerencial mais adequada,



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS/MG

então como Hospital escola eles sabem que UFSJ é uma Instituição com muita credibilidade também, eles já tem feito esse trabalho, fazendo eventos públicos e da parte do município de Divinópolis, especialmente a Secretaria de Saúde, eles vêem com muitos bons olhos o fato do Hospital poder ser um Hospital escola e no município tem uma particularidade que é um centro de formadores de profissionais de saúde, UFSJ, UNIFENAS, UEMG, na UNA também tem cursos de saúde, portanto um Hospital escola seria a coroação do município que se destaca por essa característica de prestadores de serviços de saúde e também por formadora de profissionais e particularmente de sua parte o Hospital escola terá a sua adesão e as obras serão concluídas com recursos da Vale e esclarece que a gestão vem cobrando do Estado para que a conclusão seja acelerada, já que recursos não é o problema. Sheila informa ainda que hoje tiveram uma reunião com a superintendência de saúde e a pauta era a falta de leitos, tanto pediátricos como também adultos, disse também que as crianças e idosos podem vir a ter problemas respiratórios, então é preciso identificar soluções emergenciais para ampliar esse número de leitos vinculados ao SUS, então o plano de trabalho foi traçado e na próxima segunda-feira a Semusa irá até a superintendência para terminar de formatar e a Semusa irá continuar cobrando do Estado para que a conclusão da obra seja cumprida dentro do cronograma definido. Warlon diz que a dação do Hospital não passou pelo Conselho, portanto não cumpriu os trâmites constitucionais. Sheila explica que toda obra do Hospital regional foi construída pelo governo do Estado, com dinheiro de convênios estaduais, em contrapartida o município foi o terreno e a infra-estrutura do entorno, como energia e água, quando houve a possibilidade de utilizar recursos da Vale pela retomada de obras, o governo do Estado começou a revisar documentações referentes a prestação de contas da época da edição dos convênios e da prestação de contas, então as prestações de contas que já haviam sido avaliadas, forma reavaliadas pelo atual governo do Estado e foi identificado que em determinado valor de treze milhões não foi identificada documentação técnica suficiente para comprovar a utilização e alteração do desenho do Hospital em relação a esses valores, então como eles não identificaram essa prestação de contas, o município teria a princípio que ressarcir os cofres do Estado com esse montante e se o município precisasse devolver esses treze milhões seria desastroso para a saúde então uma alternativa que foi apresentada para sanar esse problema foi que o município fizesse a dação em pagamento do Hospital para o Estado em que essas melhorias que o município fez e todo o trabalho de gestão da obra e da segurança armada estariam na contra partida por esse recurso que não foi prestado contas, a dação foi feita e hoje o equipamento pertence ao governo do Estado, mas sabem também que não está dentro da política de Estado assumir Hospitais diretamente nem sequer através da sua fundação que é a FHEMIG, portanto há uma possibilidade grande de esse Hospital após ser concluído retorne para o município de Divinópolis. Marco Aurélio informa que a Érika diretora da Vigilância em saúde solicitou uma pauta com urgência e sugere que a Érika apresente a pauta e a PAS 2024 fique para a próxima reunião. Maria Aparecida pergunta aos conselheiros se concordam que a Érika apresente a pauta e todos concordam. Érika apresenta a sua pauta que é referente a três recursos que vieram do governo do Estado e eles colocaram essas resoluções para serem utilizadas no custeio dos ambulatórios que já foram abertos pelo município e serão ampliados agora. Plano de ação referente às Resoluções SES/MG nº 9201/2023 com recurso no valor de R\$ 485.291,10, Resolução SES/MG nº 9316/2024 com recurso de R\$ 323.527,40 e Resolução SES/MG nº 9435/2024 com recurso de R\$ 323.527,40. A seguir planilha com custos para manter



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS/MG

os ambulatórios por 03 meses. **TABELA DE CUSTO AMBULATÓRIAS ADULTO/INFANTIL: AMBULATÓRIO ADULTO:**

Função	Qtde	Salário (R\$)	Tempo de contrato (meses)	Custo Total (R\$)
Enfermeiro	05	R\$ 7.846,97	2	R\$ 78.469,70
Técnico de enfermagem	12	R\$ 3.852,76	2	R\$ 92.466,24
Médico generalista	04	R\$ 23.695,40	2	R\$ 189.563,20
Totais	21	R\$ 35.395,13	2	R\$ 360.499,14

AMBULATÓRIO INFANTIL

Função	Qtde	Salário (R\$)	Tempo de contrato (meses)	Custo Total (R\$)
Enfermeiro	05	R\$ 7.846,97	3	R\$ 117.704,55
Técnico de enfermagem	12	R\$ 3.852,76	3	R\$ 138.699,36
Médico generalista	04	R\$ 23.695,40	3	R\$ 284.344,80
Pediatra/telemedicina	05	R\$ 1.600,-00	3	R\$ 24.000,00
Totais	26	R\$ 36.995,13	3	R\$ 564.748,71

LABORATÓRIO ADULTO/ INFANTIL

Função	Qtde	Salário (R\$)	Tempo de contrato (meses)	Custo Total (R\$)
Biomédico	08	R\$ 3.783,17	3	R\$ 90.796,08
Técnico de laboratório	08	R\$ 3.012,48	3	R\$ 72.299,52
Totais	16	R\$ 6.795,65	3	R\$ 163.095,60

Érika finaliza a sua apresentação. **EM VOTAÇÃO: Plano de ação referente às Resoluções SES/MG nº 9201/2023, Resolução SES/MG nº 9316/2024 e Resolução SES/MG nº 9435/2024: APROVAÇÃO: UEMG; SEMUSA 01; SEEMG; UFSJ; SEMUSA 02; SEMUSA 03; ONG Ambiental Águas de Minas; OAB; Associação dos Moradores Vila das Roseiras; CISVI; Associação São Vicente de Paulo; Associação SER-SÃ; ONG Lixo e Cidadania.** A pauta foi aprovada por unanimidade com treze votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, foi lavrado o presente ata que vai assinada por mim, Meire Lúcia de Oliveira e as (os) conselheiras (os) participantes na plenária. Divinópolis, 08 de maio de 2024.




Casa dos Conselhos - Avenida Getúlio Vargas, 268 - Centro - Divinópolis/MG - Telefone: (37) 3221 9922

E-mail: cmsdivinopolis2015@gmail.com

